

OPINIÃO

Mudando o rumo: consumir significa destruir

JOANA BICALHO

Mestre e doutoranda em marketing e comunicação para a sustentabilidade, professora do UniCEUB e da UnB, multiplicadora do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial joanabicalho@uol.com.br

Não há muitos anos, o discurso ecológico era criticado por grande parcela da população em decorrência da postura romântica naturalista, que propunha, praticamente, não tocar a natureza. Com a ampliação do conhecimento acerca das questões ambientais, um modo mais realista de ver o meio ambiente entrou em pauta. Os trabalhos em ecodesenvolvimento, na década de 60, e a criação do termo desenvolvimento sustentável como meta individual e global, na década de 90, fizeram surgir nas discussões políticas, empresariais e sociais a importância do equilíbrio entre desenvolvimento e conservação do meio ambiente, a fim de atender às presentes e futuras gerações.

Lentamente, percebe-se chegar nova visão mundial acerca do valor dos recursos naturais. A compreensão de que o ecossistema é patrimônio comum da humanidade exige a formação de novos hábitos e atitudes de respeito ao meio ambiente. O homem, hoje, é considerado parte da natureza, não mais o seu dono; assim, conservá-la, representa garantir a própria sobrevivência.

A proposta atual é trabalhar em nova educação e postura de vida, levando em conta o consumo responsável. Desse modo, a expressão consumo consciente passa a fazer parte de livros, artigos e matérias e alerta para o aspecto de que consumir significa destruir. Luta-se pela já famosa equação dos 3Rs: reduzir, reutilizar e reciclar. A ordem é usar, ou comprar, pensando nas próximas gerações.

Até poucos dias atrás, pensava-se que as futuras gerações, às quais cientistas e jornalistas se referiam, diziam respeito a muitas décadas ou centenários à frente. Mas a grande surpresa é, após o maior encontro de cientistas ocorrido em Paris, França, no último 2 de fevereiro, concluir que já estamos vivendo o início do temido apocalipse, com dados aterradorantes: em 2040, a temperatura média da terra passará de 15 graus, o que provocará derretimento de geleiras e elevação do nível dos mares, deixando o equivalente a toda a população do Brasil desabrighada.

Se, hoje, não conseguimos perceber bem a diferença entre as estações climáticas, a estimativa é que trombas-d'água, calores intensos, furacões, ciclones e inundações estejam, a cada dia, mais presentes. A falta de água e a perda de cultivos pela seca ou pelas inundações levarão mais de 1 bilhão de pessoas a passar fome nos próximos 50 anos. A qualidade de vida de adultos e crianças será rigorosamente reduzida em razão de doenças,

excesso de calor e frio, crimes, fome e dificuldade de acesso a recursos básicos.

A reversão desse quadro exige urgente responsabilidade individual e força-tarefa em grupo para diminuir a emissão de gás carbônico na atmosfera: é preciso reduzir o uso de veículos automotores e ampliar a consciência quanto ao uso de produtos industrializados.

Gestores e funcionários de empresas e órgãos públicos buscam compreender a origem dos produtos que consomem, utilizando suas canetas para licitar e comprar materiais de menor impacto ambiental, reduzir o consumo, exigir de seus fornecedores posturas ambientalmente corretas e valorizar empresas com práticas de produção que respeitem a sociedade e o meio ambiente, privilegiando, assim, processos, procedimentos e logística não poluentes. Da mesma forma, estimulam funcionários a reduzir o consumo e reutilizar materiais, e destinam sobras e descartes a ONGs e cooperativas, movimentando um mercado secundário virtuoso e gerando empregos.

Consumidores passam a ler mais atentamente os rótulos ao mesmo tempo em que percebem seu poder de compra. Julgam a qualidade das empresas pelo tratamento dispensado aos funcionários, pela conduta ética nos negócios e pelos cuidados

com o meio ambiente. Sentem-se mais motivados quando, ao fazer uma compra, encontram, nos produtos que procuram, informações sobre a fabricação de maneira ambientalmente correta. Prestigiam ou punem empresas de acordo com o desempenho no âmbito da responsabilidade social. Questionam se há utilidade, antes de consumir os produtos, e levam em conta a durabilidade e a qualidade do item adquirido. Destinam os objetos indesejados ou sem uso a terceiros, diminuindo, assim, a necessidade de consumo e produção.

Políticas públicas e programas voltados para a sustentabilidade devem ser ampliados, o que inclui respeito ao meio ambiente, estímulo à inclusão social por meio de fornecedores, atuação ecoeficiente e, sobretudo, fiscalização e controle na aplicação da legislação ambiental brasileira, considerada uma das melhores do mundo.

Está na hora de perceber o custo ambiental da produção e no consumo de produtos e serviços, boicotando os que não atendem aos desejos e às necessidades das presentes e futuras gerações. Só assim incentivaremos empreendedores, governo e empresas ao mercado sustentável. Afinal, as escolhas de hoje estão diretamente relacionadas à qualidade de vida do amanhã — que já chegou.



Arte: Kazuo Pacheco

Mobilidade urbana: evolução do conceito

ERIKA CRISTINE KNEIB

Arquiteta urbanista, mestre em transportes, doutoranda em transportes pela UnB.

Organização do uso do solo, do transporte urbano e do trânsito tem impacto direto nas escolhas dos modos de deslocamento e ocupação do espaço urbano. O sistema de transporte surge para dar mobilidade aos indivíduos em razão da necessidade de integração deles com as diferentes atividades definidas pelo uso e ocupação do solo.

Dessa forma, se estabelece relação estreita entre estratégias e políticas de transporte e uso do solo, análise bastante enfatizada por diferentes pesquisadores, que compreende, de modo simplificado, um círculo vicioso que envolve o uso do solo, o intercâmbio de atividades, a mobilidade, o transporte e a acessibilidade.

Sobre o planejamento da mobilidade, deve-se pensar a que situação de mobilidade se deseja chegar daqui a determinado número de anos e, a partir daí, estabelecer objetivos e metas a serem alcançados. Quanto aos planos de mobilidade, produto desse planejamento, trata-se de instrumento recente que vem sendo implementado nos municípios do país, onde deve ser priorizado o tratamento dos seguintes itens: transporte público coletivo urbano; circulação viária e de orientação de tráfego, transporte coletivo; circulação de pedestres e ciclistas; acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade; infra-estruturas de integração modal e intermodal; o transporte de cargas e produtos perigosos; e o controle dos polos geradores de viagens.

Sobre esse último, é importante destacar que os impactos causados por grandes equipamentos urbanos levaram ao desenvolvimento de estudos dos polos geradores de tráfego (PGTs), cujo conceito evoluiu para polos geradores de viagens (PGVs). A evolução desse conceito deixou de considerar apenas o tráfego (individual) motorizado gerado pelo empreendimento, passando a considerar as viagens em geral, além dos impactos relacionados ao pólo não mais somente nos sistemas viário e de transportes, mas também no uso, ocupação e valorização do solo.

Ressalta-se que esses impactos podem ser tanto positivos, ao agregar valor e desenvolvimento à área influenciada, quanto negativos, uma vez que tais impactos podem prejudicar os deslocamentos das pessoas pelos diversos modos: a pé, de bicicleta, de transporte coletivo, de automóvel, entre outros, comprometendo a mobilidade da área impactada.

O conceito sobre PGTs evoluiu para PGVs. A cidade é um elemento dinâmico, assim como os fluxos nela presentes, em constante evolução. Por que os conceitos relacionados à mobilidade deveriam ser estáticos? Como tentativa de resposta à indagação, é importante ressaltar que o conceito de mobilidade urbana é, de certa forma, recente no país e não se encontra consolidado, constituindo desafio para os estudiosos e especialistas da área.

Como exemplo, cite-se a definição de mobilidade adotada pelo Ministério das Cidades em 2004, qualificando como mobilidade as diferentes respostas dadas por indivíduos e agentes econômicos às necessidades de deslocamento, considerando as dimensões do espaço urbano e a complexidade das atividades nele desenvolvidas.

Em 2005, o próprio ministério lançou outra definição para o termo, descrevendo mobilidade urbana como atributo das cidades, referindo-se à facilidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano, mostrando o constante amadurecimento e desenvolvimento desse conceito no país. Por fim, torna-se ainda indispensável lembrar três necessidades fundamentais no que concerne à mobilidade: discussão do conceito; gestão adequada; e planejamento integrado.

Tais necessidades podem parecer isoladas, mas são profundamente interdependentes: a discussão do conceito possibilita o aprendizado, com conseqüente assimilação, amadurecimento e evolução das definições e particularidades da mobilidade, favorecendo a adoção de medidas positivas para a mobilidade das pessoas, principalmente pelos gestores. Deve-se considerar, também, a gestão adequada do espaço urbano, incluindo a capacitação dos técnicos, favoravelmente mais preparados a partir da assimilação dos conceitos, e que já se conecta à terceira necessidade: adoção de processo integrado de planejamento do uso do solo, do transporte, acessibilidade e, por conseqüência, da mobilidade, condições que culminem em diretrizes claras para a implementação de políticas que efetivamente aumentem a capacidade de deslocamento de pessoas.

Conclui-se que solução efetiva para a questão da mobilidade a curto prazo não existe. Desafios? São muitos. Um início? A abordagem das três necessidades fundamentais no que concerne à mobilidade: discussão do conceito, gestão adequada e planejamento integrado.

Coalizão sem colisão

RENATO CASAGRANDE

Líder do PSB no Senado

Concluído o processo de votação dos presidentes da Câmara e do Senado, as arestas que permeiam eleições dessa natureza vão aos poucos sendo aparadas. Portanto, é hora de o parlamento e o Executivo ganharem o ritmo que a sociedade exige. As agendas política e econômica para 2007 estão postas, e o seu foco é o desenvolvimento socioeconômico sustentado. Os setores produtivos da economia precisam gerar emprego e renda. Cabe ao Estado, como indutor do desenvolvimento, promover as reformas estruturais, o ajuste fiscal e incrementar políticas públicas de distribuição de renda com justiça social.

O primeiro mandato do presidente Lula criou o ambiente para que se desenvolva esse cenário. Foi alcançada a estabilidade econômica, com inflação baixa, redução gradual e sustentada das taxas de juros e das dívidas interna e externa. O governo adotou políticas públicas que resultaram na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros mais pobres, como o Bolsa Família, e elevou a renda dos assalariados. Ampliaram-se os programas de complementação de renda, do micro-crédito, da agricultura familiar e do financiamento habitacional aos cidadãos situados na base da pirâmide social.

O segundo mandato se inicia, no entanto, sob a pressão da sociedade que clama por crescimento

do Produto Interno Bruto (PIB) menos tímido do que o registrado na média dos últimos anos, algo em torno de 2,5%. Para fazer crescer o PIB acima de 5% ao ano, são necessárias a reforma das políticas tributária e previdenciária. Junte-se a isso o incremento a políticas públicas, sobretudo na área de educação, saúde, segurança pública para ampliar as conquistas sociais e assegurar a estabilidade econômica e a governabilidade.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é importante iniciativa do governo que poderá, ao mesmo tempo, tornar o Estado mais eficiente e atraente ao investimento privado. A discussão em torno do PAC exigirá o envolvimento do Congresso Nacional, dos governadores e dos prefeitos. Exigirá, como se vê, determinação política para a sua aprovação.

O ajuste fiscal é outra peça importante engrenagem. Ele representa um elemento essencial para a promoção do crescimento acelerado. Além disso, puxa a redução mais célere do endividamento do setor público, abrindo espaço para a queda persistente e sustentada da Selic. Nada nos honra o título de campeões mundiais das taxas de juros.

A reforma tributária é primordial para alcançarmos a distribuição mais justa de recursos entre União, estados e municípios. A reforma política deverá atacar os gargalos da corrupção e o fortalecimento dos partidos políticos. É medida transparente a proposta do governo de retirar das contas da Previdência as políticas sociais, mas não é o

suficiente. É preciso avançar na melhoria da gestão e no aperfeiçoamento do modelo previdenciário.

Esse jogo político enseja a necessidade de o governo contar com uma base de apoio sólida no Congresso e no Executivo. A formação do Conselho Político é fundamental, pois os partidos devem desempenhar papel estratégico na formulação e execução de políticas, e não simplesmente entrarem na disputa por espaço e poder.

Mas é preciso avançar nessa relação. O PSB já se pronunciou favoravelmente à organização de um governo de coalizão. Essa aliança passa necessariamente pelo equilíbrio na composição do Executivo, via reforma ministerial. Uma reforma que foque a melhoria na qualidade da gestão administrativa e da produtividade nos serviços públicos, e não vise a acomodação de lideranças partidárias. Uma reforma que não represente — segundo Gramsci — o predomínio majoritário de algo (no caso PT e PMDB) sobre o resto (no caso os demais partidos da base de sustentação ao governo).

Aristóteles nos ensina que a democracia corrompida reduzida em demagogia, para justificar a necessidade de "o poder frear o poder". Entendemos com suas palavras que a democracia corre riscos quando há desequilíbrio de forças entre os poderes. E mais: que a engrenagem política só funciona bem num ambiente de harmonia e equilíbrio entre os partidos e os poderes, e destes com as aspirações da sociedade.